

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1196/XII/4.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO MEDIDAS DE JUSTIÇA NA ECONOMIA PARA O IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)

A presente legislação e a prática no que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) contêm várias injustiças na economia, contribuindo para um país mais desigual.

Desde a entrada da troika que a receita cobrada através do IMI disparou: 1,101 milhões de euros em 2010; 1205 em 2011; 1220 em 2013, 1306 em 2014 e a previsão de 1632 milhões de euros em 2015. Os últimos anos têm sido de aumento constante e drástico do IMI. Para 2015 este cenário será pior, agravando as condições de vida e a injustiça. No entanto e ao mesmo tempo, as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias foram diminuídas e as dificuldades e obrigações sobre as autarquias aumentaram.

Estes encargos em conjunto com as políticas de austeridade e com os seus efeitos colocam em causa o direito à habitação. Durante os últimos anos, milhares de famílias perderam a sua habitação e muitas outras mantêm-na com dificuldade. Mostra desta realidade é que até setembro deste ano, a Autoridade Tributária iniciou 59.796 processos de vendas de imóveis penhorados.

Ao invés de usar a máquina fiscal para despejar famílias das suas habitações - muitas das vezes o seu único bem - é necessário instituir medidas que garantam a todos e todas o direito à habitação.

O Bloco de Esquerda, em sede de Orçamento de Estado para 2015, apresentou várias dessas propostas, a saber:

- I. Impedir o aumento do IMI. As famílias têm visto o IMI que pagam subir todos os anos. Muitas viram este imposto aumentar ao ritmo de 75€ por ano, tornando-se insuportável em muitos casos em que o rendimento foi tão diminuído pela austeridade. Para evitar esta continuada agressão fiscal, o Bloco de Esquerda propôs o congelamento imediato do IMI para o próximo ano.
- II. Reforma do IMI. O Imposto Municipal sobre Imóveis necessita de uma reforma urgente, de forma a tornar-se mais justo e progressivo. Quem tem uma pequena habitação não deve pagar o mesmo do que quem tem uma casa de luxo. Por isso, o Bloco propôs a introdução de uma taxa extraordinária de IMI sobre a grande propriedade imobiliária (com valor superior a meio milhão de euros). Nesta reforma adicionamos uma taxa de 0,5% sobre propriedades com valor entre 500 mil e 1 milhão de euros; uma taxa de 0,75% sobre propriedades avaliadas entre 1 milhão e 2 milhões de euros, e uma taxa adicional de 1% sobre propriedades com valor superior a 2 milhões de euros.
- III. Eliminação dos benefícios em IMI aos fundos imobiliários. Em setembro de 2014, os Fundos Imobiliários tinham 12.750 milhões de euros sob sua gestão. Estes fundos são essencialmente especulativos e têm como único objetivo fazer negócio e lucros com habitação e terrenos. No entanto, o Governo concede-lhes um benefício fiscal: pagam apenas metade do IMI que uma família normal paga pela sua habitação própria. O Bloco pretende acabar com esta injustiça e propôs o fim de qualquer benefício fiscal a estes fundos.
- IV. Atualização automática do valor do IMI. As famílias pagam excessiva e indevidamente o IMI. Por ano, pagam mais 244 milhões de euros do que deviam e o Governo nada faz, promovendo a inércia para continuar o saque fiscal. Para acabar com este pagamento excessivo, o Bloco propôs a atualização anual automática do valor patrimonial tributário do imóvel. Esta atualização teria em conta a idade da habitação (coeficiente de vetustez) e o valor de construção do imóvel. Desta forma, as famílias deixarão de pagar IMI em excesso e pouparão, anualmente, cerca de 250 milhões de euros.

- V. Fim de várias isenções no pagamento de IMI. O Estado, as igrejas, os colégios particulares, e as instituições desportivas profissionais têm isenção no pagamento de IMI: O Bloco propôs o fim destas isenções.

As propostas enumeradas contribuiriam para uma efetiva reforma do Imposto Municipal sobre Imóveis, garantindo uma maior justiça na economia. No entanto, e infelizmente, foram rejeitadas pelos partidos que apoiam o Governo, PSD/CDS-PP.

A Plataforma Justiça Fiscal entregou a petição “Pela redução do imposto municipal sobre imóveis” (397/XII/3<sup>a</sup>) subscrita por 5.093 cidadãos e cidadãs. A petição pede o desagravamento da taxa de IMI para a taxa mínima legal. A petição é bastante clara relativamente à injustiça do atual regime deste imposto, ao grande aumento do valor cobrado e ao peso excessivo que assume no orçamento das famílias no país.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo a introdução de medidas no regime do Imposto Municipal sobre Imóveis que garantam uma maior justiça na economia, salvaguardando o direito à habitação, nomeadamente através de:

1. Impedir o aumento do IMI;
2. Reformar o IMI no sentido de lhe conferir progressividade e criar uma taxa sobre a grande propriedade imobiliária;
3. Eliminar os benefícios fiscais no IMI aos fundos imobiliários, ao Estado, igrejas, colégios particulares e às instituições desportivas profissionais;
4. Atualização automática e anual do IMI.

Assembleia da República, 19 de dezembro de 2014.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,